

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO No / 2021 (Do Sr. Deputado Afonso Hamm)

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, para debater a possibilidade de prorrogação dos pedágios na BR-116 e BR-392, no Estado do Rio Grande do Sul, pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul (Ecosul).

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, para debater a possibilidade de prorrogação dos pedágios na BR-116 e BR-392, no Estado do Rio Grande do Sul, pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul (Ecosul).

Sugiro que sejam convidados para discutir o assunto:

- Tarcísio Gomes de Freitas - Ministro da Infraestrutura
- Alexandre Porto de Souza - Diretor Geral da ANTT
- Delmar Pellegrini Filho - Superintendente do DNIT/RS
- Marco Antônio Cassou - Presidente da Ecosul
- Fernando Estima - Superintendente do Porto do Rio Grande
- Paulo Bertinetti - Diretor Presidente Tecon Rio Grande
- Vinícius Pegoraro - Prefeito de Canguçu e presidente da Azonasul
- Ivo Ferreira - Prefeito de Camaquã
- Marcos Vinicius Almeida - Deputado Estadual (PP/RS)
- Zé Nunes - Deputado Estadual (PT/RS)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Afonso Hamm
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216972900000>



JUSTIFICATIVA

A duplicação de rodovias federais gaúchas é fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, em especial, na região da Metade Sul do Estado.

Há cinco anos do encerramento de um dos primeiros contratos de concessão, a Empresa Concessionária de Rodovias do Sul (Ecosul) já iniciou tratativas com o governo federal para estender a sua atuação na BR-116 e na BR-392, no sul do Estado.

Segundo informações amplamente divulgadas por veículos de imprensa do Rio Grande do Sul, as negociações começaram no ano passado e nos planos da Ecosul está a redução do valor da tarifa, que é o mais caro cobrado atualmente nas rodovias pedagiadas do estado, além da realização de obras.

Atualmente, um veículo paga R\$ 12,30 para passar em cada uma das cinco praças administradas pela empresa. No trecho de Camaquã até Rio Grande, são 190 quilômetros com três praças de pedágios. Considerando que cada passagem de um caminhão com 7 eixos (bitrem) custa R\$ 98,70, para ir e voltar com carga o total é R\$ 592,20. De Canguçu até Rio Grande são 111 quilômetros e duas praças de pedágios, o que significa R\$ 394,80 ida e volta.

Nas obras elencadas pela concessionária estão a duplicação de oito quilômetros da BR-392, que beneficiaria o transporte de cargas, pois está localizado na região do Porto de Rio Grande. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) chegou a realizar projetos da obra, mas ela nunca saiu do papel.

Outra construção que seria assumida é a recuperação da ponte do Canal São Gonçalo, na BR-392, em Pelotas. Ela está desativada desde 1974 em função de problemas nas suas vigas. O recurso para realizar as obras sairia de um novo pedágio que seria construído na BR-116, em Camaquã, onde começa a concessão da empresa.

Embora a proposta signifique ampliar os investimentos na região, com geração de emprego e renda, temos que considerar que o contrato atual da Ecosul só prevê a manutenção e a conservação dos 457,3 quilômetros de sua competência, portanto, permitir que a Ecosul construa mais uma praça de pedágio inviabilizaria o repasse da BR-116, entre Porto Alegre e Camaquã, para a iniciativa privada.

Estudo está sendo feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo consórcio LOGIT – ATP – QM – JGP. O levantamento deve ficar



pronto em setembro. Além disso, o Tribunal de Contas da União poderia questionar uma nova prorrogação de contrato.

Mesmo assim, conforme informações da imprensa, os técnicos do governo federal fizeram uma contraproposta. A Ecosul também deveria assumir a duplicação de 115,7 quilômetros da BR-290, entre Pantano Grande e Eldorado do Sul, que está parada por falta de recursos.

Diante desse cenário, como presidente da Frente Parlamentar pela Conclusão da Duplicação da BR-116, propomos esse debate público com objetivo de reunir todas as partes envolvidas para esclarecer o que está sendo encaminhado, no sentido de contribuir para que as obras de duplicação tão necessárias nas estradas da região sejam realizadas, porém, sem penalizar os usuários que por elas trafegam com preços de pedágios abusivos, o que também reduz a competitividade de nossas exportações, o transporte da matéria prima e impacta de forma significativa na vida dos usuários da estrada.

Vivemos um novo momento, com uma profunda crise econômica, tendo em vista a pandemia, por isso não aceitaremos qualquer medida que traga ainda mais dificuldades aos transportadores, empresas, empreendedores e turistas que utilizam a BR-116.

Pelas razões aqui expostas e pela relevância do tema, aguardo na expectativa do acolhimento dos Nobres Pares e a aprovação desse requerimento.

Deputado federal Afonso Hamm

Presidente da Frente Parlamentar pela Conclusão da Duplicação da BR-116

